

CONJUNTURA INTERNACIONAL

1. Vivemos um momento da história marcado pelo renascimento e ascensão da extrema direita em boa parte do mundo. A chegada de Donald Trump à Casa Branca e o resultado da eleição na Alemanha - onde o partido Alternativa para Alemanha (AfD), que tem conexões neonazistas, ficou em segundo lugar, com votação recorde de 20,8% -, são as expressões mais recentes deste fenômeno, que se traduz por aqui principalmente no bolsonarismo e, em nossa vizinha Argentina, no governo do vigarista Javier Milei, investigado pela Justiça portenha por promover uma criptomoeda fraudulenta. No caso da Alemanha, convém lembrar que é a pátria mãe do nazismo.

2. Enfrentar e derrotar a extrema direita é hoje e provavelmente será pelos próximos anos o principal desafio das forças democráticas e progressistas, incluindo o movimento sindical, no Brasil e em muitos países;

3. Embora articulada internacionalmente e com identidade em muitos temas, a extrema direita não é e nem deve ser vista como uma coisa só, homogênea. É importante assinalar, por exemplo, a divergência entre esses extremistas nas potências capitalistas e nos países situados na periferia do sistema imperialista no campo da economia política. No primeiro caso, a política econômica da extrema direita é pautada pelo protecionismo e defesa da indústria local em contraposição à globalização, ao passo que no outro a agenda é preenchida pelo fundamentalismo neoliberal, desprezo pela indústria e abertura indiscriminada da economia;

4. Do ponto de vista de classes, essas forças reacionárias representam os interesses e a ideologia dos grandes capitalistas, a oligarquia financeira contemporânea, que atualmente têm nas chamadas big techs seu principal e mais lucrativo negócio. O bilionário Donald Trump e o trapaceiro Milei, o “queridinho do mercado” e algoz da classe trabalhadora que se comporta como um vassalo dos EUA, personificam essa verdade em nosso continente;

5. É fundamental estudar e compreender as condições e circunstâncias que dão origem a este cenário histórico, cujo pano de fundo é a crise da ordem capitalista mundial capitaneada pelo Estados Unidos e o chamado Ocidente;

6. A crise geopolítica atual reflete o declínio do poder econômico dos EUA e do G7, enfraquecidos pela desindustrialização e pelo desenvolvimento desigual. Em contraste, cresce o protagonismo da China e dos BRICS, que se fortaleceram e se ampliaram nas últimas cúpulas. O Sul Global passa a ter papel estratégico na disputa por uma nova ordem internacional, mais justa e multipolar. A China lidera esse movimento com investimentos, alianças e mediações que desafiam a hegemonia ocidental.

O governo Lula tem defendido essa articulação e o multilateralismo, mas sofre críticas por sua postura independente. Acusam-no de “se afastar do Ocidente”, quando na verdade ele busca reposicionar o Brasil como ponte entre os povos do Sul e como voz ativa por um mundo mais equilibrado.

;

7. Este movimento de nações à margem dos centros imperialistas, liderado pela China, desenha uma nova ordem mundial e enseja perspectivas promissoras para os países mais pobres, oprimidos pelo tacão neocolonialista do imperialismo. É este o caso do Brasil, que foi um dos fundadores do Brics em 2009. O bloco geopolítico já soma um PIB superior ao outrora todo poderoso G7, em franca decadência;

8. Mas, os EUA não abrem mão da hegemonia mundial e prometem fazer de tudo para preservá-la. Conter a ascensão da China e do Brics continua sendo o objetivo primordial da política externa do império. Donald Trump ameaçou aplicar tarifas de 100% sobre mercadorias dos países do Brics que ousarem desafiar a hegemonia do dólar e falou em retomar o Canal do Panamá porque teria sido cedido ao controle de Pequim. Trump imagina que com ameaças

e protecionismo logrará reverter o processo histórico de declínio da liderança econômica dos EUA. Tudo isto fornece combustível à crise geopolítica atual, que evolui entrelaçada com as depressões cíclicas e a semiestagnação das economias capitalistas, e ainda parece muito longe de um desfecho;

9. A transição na direção de um novo arranjo geopolítico é caracterizada pelo agravamento das contradições do sistema imperialista inaugurado no século passado pelas potências capitalistas ocidentais. É notória a radicalização das lutas de classes e das tensões e conflitos internacionais; a exacerbação da concentração e centralização do capital e da renda; a crescente polarização social e política; o fracasso do neoliberalismo; a falência das instituições que configuram a democracia burguesa, sequestrada e corrompida pelo poder econômico; a emergência de uma nova e perigosa corrida armamentista, que atinja os focos de tensão internacional e a possibilidade de uma terceira guerra mundial.

10. Este quadro, já por si dramático, é agravado pela crise climática, que avança em meio à desordem global sem muitas esperanças de solução nos marcos do sistema capitalista;

11. É pescando nessas águas turvas da história que a extrema direita avança, tendo como arma o negacionismo e Fake News, agitando o fantasma do anticomunismo e caracterizando uma espécie de refúgio final de uma ordem capitalista que agoniza;

12. Os extremistas da direita se apresentam de forma demagógica como força antissistema, quando na prática promovem políticas que objetivam não só a preservação do sistema capitalista como também a exacerbação de suas mazelas e do grau de exploração e opressão da classe trabalhadora. Constituem também uma séria ameaça às liberdades democráticas, conforme indicam o ataque ao Capitólio dos Estados Unidos em 6 de janeiro de 2021 e a empreitada golpista liderada por Jair Bolsonaro que culminou na invasão e vandalização das sedes dos Três Poderes em Brasília no dia 8 de janeiro de 2023;

13. O fato é que, vestindo a máscara de revolucionária, a extrema direita tem conquistado um expressivo número de adeptos inclusive entre trabalhadores e trabalhadoras que compreensivelmente anseiam pelo fim do sistema capitalista, mas carecem de uma consciência política classista. Os reacionários manipulam a ignorância política, criam e disseminam uma falsa consciência, levando muitas vezes o trabalhador a agir contra seus próprios interesses, como um alienado, favorecendo os carrascos do povo. A contribuição de seitas obscuras e pastores reacionários nesse diversionismo ideológico é decisiva;

14. A extrema direita encontrou um poderoso aliado nas chamadas big techs, que agem sem nenhuma transparência operando obscuros algoritmos. Transformaram as redes sociais no ninho predileto de neofascistas e neonazistas, canais de Fake News livres de impostos e regulamentações, que manipulam descaradamente a opinião pública usando como pretexto a defesa da liberdade de expressão;

15. Por outro lado, ao mesmo tempo em que acentua o protecionismo, o novo chefe da Casa Branca está promovendo uma reviravolta na geopolítica mundial. Sua conduta em relação ao conflito no leste europeu é diametralmente oposta à do seu antecessor, Joe Biden, e dos aliados históricos do imperialismo estadunidense que conformam o chamado Ocidente e a OTAN;

16. Diferentemente de Biden, que apostou na guerra com o objetivo de enfraquecer a Rússia, maximizar os lucros do complexo militar-industrial dos EUA, e enfraquecer ou até mesmo substituir o abastecimento dos recursos energéticos e estratégicos a toda a Europa, realizado pela Rússia., Trump busca o caminho para a paz e, neste sentido, procurou uma aproximação com Moscou, dando as costas à OTAN e às decadentes potências da Europa e submetendo o presidente fantoche da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, à humilhação pública em 28 de fevereiro; Zelensky, acusado pelo líder republicano de “brincar com a Terceira Guerra Mundial”, foi constrangido a declarar que está pronto a negociar a paz sob a tutela e o comando de Trump,

mesmo que seja obrigada a resistir, a Rússia foi chamada de "terra da Ucrânia onde contém ferro, manganês, urânio, titânio, lítio e minerais de zinco", deixando a nação em uma condição total de dificuldade para reconstrução do país e pobreza extrema.. Este fato evidencia algo que a mídia serviçal do imperialismo sempre procura encobrir e mascarar: o conflito na Ucrânia, que já ceifou centenas de milhares de vidas humanas, é uma guerra por procuração dos EUA e da OTAN contra a Rússia. A guerra, que prossegue, tem por raiz precisamente a ambiciosa e ameaçadora expansão da OTAN pelo leste europeu após a destruição da União Soviética, em 1991, conforme o próprio Trump reconheceu. Contraditoriamente, sob este aspecto a política externa do líder da extrema direita vai se revelando mais pacífica do que a de seus antecessores;

17. O cessar-fogo, nas condições que estão sendo desenhadas, é percebido como uma derrota da OTAN e da Europa, cujos líderes, abandonados e desprezados por Trump, radicalizaram a retórica contra Moscou e, demonstrando que não querem saber de paz, anunciaram um aumento substancial dos gastos militares, que pode alcançar 800 bilhões de euros, a pretexto de enfrentar a "ameaça russa". Um claro sinal de que a nefasta corrida armamentista será intensificada. A contrapartida do aumento dos gastos em defesa será a redução das verbas destinadas ao financiamento do chamado Estado de Bem-estar Social europeu, além do crescimento dos riscos da guerra nuclear;

18. Esse novo arranjo geopolítico, embora permeado por conflitos, é prenhe de oportunidades no sentido da consolidação de uma nova ordem internacional marcada pelo protagonismo dos países do Sul Global, e pelo esvaziamento da hegemonia dos EUA. Neste sentido, o Brasil cumpre papel de destaque ao seguir fortalecendo os BRICS, com a retomada da unidade com a América Latina, e sendo uma voz em defesa da paz, do combate à fome, da promoção da justiça social e da superação das disparidades entre as nações.

19. O sofrimento do povo palestino sob a ocupação israelense. A guerra entre o forte poder bélico de Israel e o povo palestino na Faixa de Gaza tem resultado em número alarmante de vítimas civis, incluindo mulheres, crianças e idosos. Segundo relatório da Unicef, 40% das vítimas em Gaza são crianças. A comunidade internacional e organizações de direitos humanos, como a Anistia Internacional e a ONU, têm documentado repetidas violações dos direitos e do direito internacional humanitário, incluindo ataques a hospitais, escolas e residências civis, além do deslocamento forçado em massa.

CONJUNTURA NACIONAL

20. No Brasil, apesar de inúmeros obstáculos, a economia cresceu 3,4% em 2024, segundo informações do IBGE. O resultado positivo foi puxado pelo avanço dos setores de serviços e indústria e pelo forte consumo das famílias e alta dos investimentos;

21. Em linha com o crescimento da produção, o mercado de trabalho foi fortalecido. A taxa média de desemprego em 2024, de 6,6%, foi a menor desde o início da série histórica do IBGE, em 2012. O Brasil bateu o recorde de pessoas ocupadas, com mais de 103,3 milhões na média do ano, e que juntas ganharam aproximadamente R\$ 328,9 bilhões por mês na média anual, também a maior massa de rendimentos reais da série histórica, o que alavancou o consumo das famílias, que avançou 4,5%. É necessário ressaltar que a qualidade dos postos de trabalho deixa muito a desejar. Ainda é enorme o contingente de brasileiros e brasileiras que trabalham na informalidade (cerca de 40 milhões), com baixos salários e sem proteções;

22. O setor de serviços subiu 3,7% e a indústria registrou alta de 3,3%. Os investimentos expandiram 7,3%. A agropecuária, em contrapartida, impactada por eventos climáticos adversos, recuou 3,2% no ano;

23. O crescimento do PIB é em boa medida fruto das políticas governamentais, destacadamente da política de valorização do salário mínimo, associado ao Bolsa Família e

programas como o MCMV, PAC e Nova Indústria Brasil, entre outros. Essas políticas fortaleceram o mercado interno e impulsionaram a demanda agregada. Significou mais dinheiro no bolso do pobre, de um lado, e aumento das vendas no comércio, na outra ponta. O consumo popular cresceu elevando as vendas em lojas e na internet além das expectativas;

24. A produção de mercadorias aumentou, rejuvenescendo a indústria de transformação, em resposta à demanda ampliada, processo que foi complementado por medidas dedicadas a reverter a desindustrialização da economia. No rastro do crescimento econômico e melhoria de renda dos mais pobres, a população brasileira na extrema pobreza vem declinando. Caiu 24,6%, de 12,6 milhões em 2022 para 9,5 milhões em 2023, número que ainda é alarmante, embora represente o menor contingente desde 2012;

25. É preciso assinalar que a taxa de crescimento desacelerou no último trimestre do ano. Entre outubro e dezembro foi de 0,1%, em contraste com o avanço de 0,7% no terceiro trimestre, de 1,6% no segundo e 0,9% no primeiro. A desaceleração está associada à redução de 1% no consumo das famílias no último trimestre do ano e tem a ver igualmente com a elevação da taxa de juros. Com a Selic em 13,25%, o Brasil pratica a maior taxa real de juros do mundo, o que impacta negativamente tanto o consumo quanto os investimentos, condenando a economia à estagnação;

26. As políticas progressistas do governo Lula despertam uma forte oposição das classes dominantes, e em especial dos rentistas e grandes fazendeiros do agronegócio. No mercado financeiro, a rejeição do presidente oriundo da classe operária e do movimento sindical ultrapassa a casa dos 90%;

25. Interesses poderosos, no Brasil e no exterior, conspiram contra o êxito desta terceira gestão do líder petista, querem impor algemas e limites ao Palácio do Planalto enquanto alimentam as perspectivas e ações da extrema direita;

27. Em contraste com o cenário positivo da economia, pesquisas sinalizam queda da popularidade do presidente e do governo ao longo dos últimos meses. Levantamento AtlasIntel, divulgado em 7 de março, indica que a maioria dos entrevistados (53%) desaprova o terceiro mandato de Lula. Em dezembro, este índice era de 49,38%. As maiores taxas de rejeição foram registradas entre homens (58,6%) e evangélicos (77,5%);

28. Entre as causas deste fenômeno, aparentemente contraditório, sobressai, interligada à ofensiva reacionária, a alta dos preços dos alimentos, que afeta principalmente os pobres;

29. Também cumpre destacar na conjuntura nacional a ofensiva das big techs contra o ministro Alexandre Moraes e o STF, respaldada pelo governo dos EUA. Usando a defesa da liberdade de expressão como pretexto, elas se arvoram o direito de agirem à margem da lei, difundindo Fake News, cometendo ilícitos impunemente e promovendo a extrema direita;

30. São multinacionais poderosas. O valor de mercado das cinco gigantes do ramo é estimado em US 10 trilhões, o que equivale a mais de três PIBs brasileiros. Elon Musk, o dono da X que ocupou alto cargo no governo Trump, e como um dos homens mais ricos do mundo se porta como caixa de ressonância da extrema direita;

31. Concentrando tamanho poder econômico, não é de estranhar que os proprietários das gigantes da internet julguem que também podem comandar a política, desprezando as leis e as instituições nacionais. Contam com o apoio do governo dos EUA, que chegou a insinuar que empresas estadunidenses são vítimas de censura e restrições democráticas no Brasil, aludindo a decisões tomadas pelo ministro Alexandre de Moraes como a suspensão da X e da Rumble;

32. Restringir e regulamentar rigorosamente o funcionamento das redes sociais tornou-se uma questão de soberania nacional. É igualmente necessário investir bem mais no desenvolvimento de tecnologias avançadas neste ramo e buscar alternativas no âmbito do Brics às plataformas

da internet que hoje são um monopólio das big techs sediadas nos EUA e estão a serviço da extrema direita;

33. Fazendo coro à ofensiva das big techs, o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) viajou aos EUA posando de vítima de “perseguição política” e apelando à intervenção imperialista contra nosso país. Seu pai, que está em vias de ser preso, informou que “já avisou a Donald Trump” sobre a parceria Brasil/China que visaria a construção de bombas atômicas e chegou ao ponto de declarar: “nós sabemos que o problema do Brasil não vai ser resolvido internamente, tem que ser resolvido com apoio de fora”. São declarações que, de um lado, expressam notório desespero diante da perspectiva de prisão, mas de outro evidenciam o caráter antipatriótico do bolsonarismo e a tentativa inescrupulosa de manipular com Fake News o conflito geopolítico entre Washington e Pequim contra a soberania nacional;

34. Em resposta, parlamentares de esquerda ingressaram na Procuradoria-Geral da República (PGR) solicitando a investigação criminal do filho do ex-presidente por “lesa-pátria” e conspiração com autoridades norte-americanas contra autoridades brasileiras. Eduardo Bolsonaro pode ter também o passaporte suspenso. A CTB entende que anistiar golpistas - que planejaram o assassinato de Lula, Alckmin e Alexandre Moraes - é estimular a impunidade e dar carta branca aos bolsonaristas para praticar novos crimes contra a democracia. Cumpre levantar a bandeira “Sem Anistia” e exigir a rigorosa apuração da empreitada golpista, a prisão de Jair Bolsonaro e punição exemplar dos demais líderes;

35. No Brasil, a possibilidade de crescimento mais vigoroso da economia e do bem-estar social encontra um forte obstáculo na política macroeconômica, com destaque para as políticas monetária e fiscal, a primeira fundada nos juros reais mais altos do mundo e a segunda em metas fiscais restritivas, ditadas pelos grandes credores da dívida pública, que se desdobram em cortes de investimentos e programas públicos fundamentais. É preciso remover esses dois obstáculos, fatores de depressão da demanda agregada, para que a economia nacional avance;

36. As centrais sindicais têm protestado contra os juros altos, organizando manifestações diante da sede e representações do Banco Central no país. É uma mobilização essencial que precisa ser ampliada e envolver uma parcela maior da sociedade, incluindo empresários extorquidos com os juros altos, para alterar os rumos da política monetária;

37. A crescente centralização do capital tem sido acompanhada por uma descomunal concentração da renda no mundo e no Brasil. De acordo com o “Relatório sobre a Riqueza no Mundo”, do “Credit Suisse”, recentemente incorporado pelo UBS Group, em 2021 a riqueza global produzida foi de 463,6 trilhões de dólares. Observa-se um aumento de cerca de 10% em relação a 2020, refletindo a recuperação da pandemia. No entanto, o crescimento da renda produzida não foi dividido de forma igualitária. O 1% do topo abocanhou 45,6% contra 43,9% em 2019. De um total de 5,3 bilhões de adultos no mundo, 62 milhões de pessoas, apenas 1,2% dessa população, detinham 47,8% da riqueza mundial, enquanto 2,8 bilhões de adultos ficam com apenas 1,1%. No Brasil, a ínfima minoria dos 1% mais ricos da população detém 28,3% da renda total. A polarização política é o subproduto da polarização social;

38. A ofensiva do capital contra o trabalho é uma realidade global no mundo capitalista. Subordinado às relações sociais capitalistas, o aumento da produtividade do trabalho que acompanha a introdução de novas tecnologias no processo de produção e distribuição das mercadorias, ao invés de redundar em redução da jornada, é instrumentalizado pelos grandes capitalistas para destruir o Direito do Trabalho, debilitar o movimento sindical e ampliar a taxa de exploração da força de trabalho. O trabalho nas plataformas, com jornadas excessivas e ausência de garantias, é ilustrativo.

39. Regulamentar as relações trabalhistas neste novo ramo da economia é mais um desafio aberto para as forças progressistas que esbarra na intransigência das empresas e na

correlação de forças adversa no Congresso Nacional. Esses também são os motivos que explicam a persistência do legado de retrocessos impostos à classe trabalhadora e suas organizações pelos governos Temer e Bolsonaro;

40. Despertar a consciência política classista e mobilizar amplamente os trabalhadores e trabalhadoras para lutar e mudar esta realidade, a partir do local de trabalho, é o principal desafio da CTB e do conjunto das forças democráticas e progressistas na presente conjuntura;

41. Nessa direção convém destacar a relevância da luta pelo fim da desumana e extenuante escala 6X1, hoje um sonho de milhões de trabalhadores e trabalhadoras, principalmente no ramo comercial, e pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários para 36 horas semanais. Trata-se de uma luta multissecular entre capital e trabalho, conforme notou Karl Marx, que tem grande potencial educativo e pode contribuir consideravelmente para a elevação da consciência e do grau de intervenção política da nossa classe trabalhadora;

42. O tempo de trabalho é o principal objeto da luta de classes entre capitalistas e trabalhadores, onipresente nas negociações coletivas. A bandeira da redução da jornada de trabalho tem um sentido estratégico não só para a classe trabalhadora como igualmente para a economia e para o conjunto da sociedade humana. O anseio histórico dos assalariados por mais tempo livre é também uma resposta positiva ao extraordinário avanço da produtividade do trabalho, traduzida na robotização e na disseminação da chamada Inteligência Artificial, que reduzem o tempo socialmente necessário para a produção de mercadorias e estão revolucionando o mercado de trabalho;

43. É hora de organizar uma ampla campanha nacional contra a pejetização, pelo fim da escala 6X1 e a redução constitucional da jornada de trabalho para 36 horas semanais sem prejuízo para os salários;

43. Apoio ao Projeto de Lei encaminhado pelo governo Lula ao Congresso que amplia a faixa de isenção do IRPF para quem ganha até R\$ 5 mil, pela correção da tabela e aumento das alíquotas sobre remunerações acima de R\$ 50 mil. Também reclama urgência a taxaço dos ricos;

45. No campo, é preciso dar continuidade à luta pela reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar. A persistência e dimensão do êxodo para os centros urbanos é preocupante. A população rural no Brasil diminuiu num ritmo acima da média mundial nos últimos 22 anos. De acordo com dados do Banco Mundial, o percentual de habitantes do país que vivem no campo caiu 33,8% de 2000 a 2022. No mundo, a redução foi de 19,2%;

46. A correlação de forças no Parlamento permanece hostil à classe trabalhadora. O ambiente político em Brasília não é propício à luta para revogar ou mesmo rever a reforma trabalhista e outros retrocessos impostos pelos governos Temer e Bolsonaro. Só a mobilização popular pode alterar este quadro;

47. No Congresso nacional o ataque aos direitos da classe trabalhadoras passa pelo desmonte do serviço público que tem os trabalhadores e trabalhadoras como maioria dos seus usuários. A PEC 32 volta a ser debatida, abrindo portas para a terceirização irrestrita. A PEC 66 ameaça a previdência dos servidores. Tudo para garantir a ampliação dos negócios como o dinheiro do contribuinte, a precarização das relações de trabalho no setor público e a diminuição dos rendimentos da classe trabalhadora, através do sucateamento de setores como a saúde, educação, segurança e assistência social;

48. Novos e sinistros detalhes sobre a empreitada golpista vieram à tona no fim do ano passado, revelando que oficiais militares planejaram o assassinato de Lula, Alckmin e Moraes, sempre (de acordo com os relatos da mídia) com o aval de Jair Bolsonaro, que covardemente passou a clamar por anistia e “pacificação”. Somos radicalmente contra;

49. Os riscos de instalação de um regime abertamente fascista no Brasil ainda persistem, razão pela qual devemos trabalhar pela consolidação de uma frente ampla em defesa da democracia, de forma a isolar, derrotar e abater a extrema direita. Lutar pelo êxito do governo Lula e o programa de reconstrução nacional. Contra os retrocessos, levantar a bandeira de nenhum direito a menos;

50. Debilitado pelo fim da Contribuição Sindical compulsória, que era sua principal fonte de sustentação, o movimento sindical atravessa uma conjuntura difícil, marcada também pelo envelhecimento de suas lideranças, carência de renovação e crise de representatividade, fatores que contribuem para produzir o cenário atual de refluxo da mobilização dos movimentos sociais. A inviabilização de um 1º de Maio Unificado em São Paulo agrava este quadro. É preciso compreender com maior profundidade as causas desses fenômenos e trabalhar para superá-los, tendo em vista a radicalização das lutas de classes e a imperiosa necessidade de enfrentar e derrotar a ofensiva do capital e as forças do neofascismo, que não podem ser menosprezadas;

51. O 6º Congresso da CTB reitera o compromisso histórico de lutar pela democracia, pela soberania nacional e pelo socialismo, ideal maior da classe trabalhadora e única alternativa à barbárie capitalista.

CONJUNTURA ESTADUAL

52. O governo Tarcísio de Freitas, expressão da extrema direita bolsonarista em São Paulo, consolidou-se eleitoralmente como uma continuidade do projeto neoliberal e autoritário que avança sobre os direitos do povo trabalhador. Vitorioso no segundo turno de 2022 com forte apoio das elites econômicas, das igrejas conservadoras e das forças de segurança, Tarcísio tenta consolidar sua base eleitoral com uma agenda que combina privatizações, repressão policial e destruição dos serviços públicos.

53. Através de políticas regressivas e de apelo populista autoritário, busca manter a hegemonia conservadora no estado mais rico da federação. Para a CTB, esse governo representa um projeto de exclusão social, ataque à soberania popular e aprofundamento das desigualdades, contra o qual é urgente construir uma frente ampla das forças democráticas e populares em defesa da vida, da democracia e dos direitos sociais.

54. São Paulo é governado pela extrema direita que ataca todas as conquistas mais importantes do povo trabalhador com uma violência jamais vista. O projeto do Estado mínimo se intensifica com as privatizações de setores fundamentais como a água, transporte metro, ferroviários e a educação, que se vê sob ataque constante tanto municipal como estadual.

55. Os retrocessos vividos em São Paulo estão transformando a vida das trabalhadoras e dos trabalhadores num verdadeiro inferno. A violência policial apoiada pelo governo mata ainda mais do que anos atrás. A diferença é que agora as pessoas filmam e nós ficamos sabendo.

56. O serviço público se deteriora com o projeto de privatizações sem andamento. A saúde está na UTI com falta de profissionais para o atendimento médico hospitalar. As terceirizações precarizam ainda mais as condições de trabalho tanto quanto o atendimento público.

55. Na educação não é muito diferente com leilões na Bolsa de Valores para a construção e gestão de escolas públicas, e forte ofensiva sobre a liberdade de aprender e ensinar e pressão sobre as professoras e professores, além de salários indignos.

57. A Sabesp maior empresa de saneamento do país foi privatizada, o que certamente acarretará mais desemprego, aumento de tarifas e serviços precários, assim como acontecem

os apagões na gestão da Enel no fornecimento e distribuição de luz. São Paulo está ficando na escuridão e corre o risco de ficar também sem água.

58. Para São Paulo mudar e ter uma administração que contemple a vida e a diversidade humana, precisamos unir todas as forças progressistas do estado e barrar a necropolítica da extrema direita. Mais escolas, mais saúde, mais cultura, mais esporte, mais ciência, mais respeito, mais vida.

59. Assim que assumiu o governo, Tarcísio de Freitas nomeou para a Secretaria Estadual da Educação, o empresário Renato Feder, que deixou arrasada a educação pública do Paraná, Feder já começou a mostrar a sua face autoritária e empresarial, com projetos que repassa verba pública para empresas privadas com o objetivo de lhes entregar a gestão, construção e reforma das escolas. Essa parceria público privada, no entanto, não funciona porque as empresas, como qualquer empresa capitalista, visam lucros, mesmo que para isso tenham que arrochar salários, demitir ou investir o menos possível nas escolas, principalmente onde os investimentos são mais necessários devido à precariedade da vida da população local.

60. A política de segurança pública implementada pelo governo Tarcísio de Freitas em São Paulo representa um grave retrocesso no respeito aos direitos humanos e na proteção da vida, especialmente para as populações negras, pobres e periféricas. Desde o início de sua gestão, tem-se verificado uma intensificação da violência institucional promovida pelas forças de segurança do Estado, com respaldo político explícito do próprio governador e do seu secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite, ex-policia militar.

61. Dados do Instituto Sou da Paz e de outras entidades apontam que, em 2024, a Polícia Militar paulista matou 737 pessoas — um aumento de mais de 60% em relação ao ano anterior, e de 86% em relação a 2022. Esse crescimento dramático evidencia uma política de segurança baseada na lógica do confronto e do extermínio, sustentada por discursos que legitimam a violência como solução para o combate ao crime.

62. Essa abordagem repressiva é acompanhada por medidas que fragilizam os mecanismos de controle e transparência. Um dos exemplos mais simbólicos é a reestruturação do programa de câmeras corporais nas fardas dos policiais, que passaram a ser acionadas manualmente e deixaram de operar de forma contínua. Como consequência, houve um aumento considerável de mortes cometidas por policiais mesmo quando esses usavam câmeras — um sintoma claro de que os equipamentos, se mal utilizados, não garantem qualquer tipo de contenção da violência.

63. Ao invés de aperfeiçoar instrumentos de fiscalização e de fortalecimento do controle externo da atividade policial, o governo optou por blindar as ações violentas e incentivar a impunidade. Outro aspecto alarmante da atual política de segurança é o impacto devastador sobre crianças, adolescentes e jovens. Em 2023, as mortes por intervenção policial nessa faixa etária cresceram 58%, atingindo níveis inaceitáveis para qualquer sociedade democrática. Esse padrão de letalidade seletiva não é acidental: ele faz parte de uma engrenagem racista e classista que considera corpos negros e periféricos como descartáveis. Operações como a chamada “Operação Escudo”, que vitimou ao menos 36 pessoas na Baixada Santista em apenas um mês, mostram a aposta do governo em ações de extermínio em larga escala como estratégia política e propaganda eleitoral para as camadas mais conservadoras da sociedade.

64. Diante disso, a responsabilidade histórica do movimento sindical e das organizações populares é denunciar e combater esse projeto autoritário de segurança pública. É necessário construir uma política alternativa, baseada na valorização da vida, na promoção de justiça social e na democratização das instituições policiais.

ÁGUA NÃO É MERCADORIA! A VERDADE SOBRE A ENTREGA DO SANEAMENTO AO CAPITAL INTERNACIONAL E O ATAQUE À SOBERANIA NACIONAL

65. A água é a substância mais vital à existência humana. Sem ela, não há vida, saúde, desenvolvimento ou dignidade. Transformar esse bem essencial em mercadoria é uma afronta à soberania nacional e aos direitos sociais inscritos na Constituição Federal. A luta contra a privatização da água é, portanto, uma luta em defesa da vida, da dignidade do povo brasileiro e da soberania sobre nossos recursos naturais.

66. A universalização do saneamento básico deveria ser executada com base no fortalecimento das empresas estatais, planejamento público de longo prazo e financiamento garantido pelo Estado. Contudo a Lei nº 14.026/2020 escancarou as privatizações no setor de saneamento. O que assistimos nos últimos anos é a crescente submissão dessa agenda estratégica aos interesses de grupos transnacionais e fundos de investimento, comprometendo não apenas o acesso da população à água e ao esgoto tratados, mas a própria ideia de um Brasil soberano.

67. A nova legislação estabeleceu diretrizes que condicionam e privilegiam a substituição das estatais por empresas privadas. Por meio de um discurso de eficiência e de falsa universalização, foram criados instrumentos jurídicos que forçam a privatização mesmo onde as empresas públicas são eficientes. Além disso, o papel do BNDES foi modificado: de fomentador do desenvolvimento público passou a ser o grande articulador técnico e político dos leilões de privatização.

68. A concessão da CEDAE, no Rio de Janeiro e a privatização da SABESP em São Paulo e da CORSAN no Rio Grande do Sul são as provas concretas desse crime contra o patrimônio público. Outros estados e municípios estão entregando seus sistemas de água e esgoto à iniciativa privada sob as mesmas justificativas e com os mesmos resultados desastrosos. As promessas de eficiência, barateamento das tarifas, ampliação da rede de cobertura ficaram no papel.

69. Na verdade, o que se tem observado são aumentos abusivos de tarifas, aumento exponencial de reclamações nos PROCONS, rompimento de adutoras que no Rio de Janeiro até já causou morte. Os trabalhadores da empresa, por sua vez, têm denunciado o desmonte de políticas públicas e a ameaça de demissões em massa.

70. No Pará, o governo estadual também está estruturando a privatização da Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA). Em um estado com vastos recursos hídricos e regiões com baixo índice de cobertura de saneamento, o modelo adotado tende a priorizar apenas as áreas lucrativas, deixando populações ribeirinhas e interioranas à margem da universalização prometida.

71. No Espírito Santo, o processo de concessão já repassa parte da responsabilidade à iniciativa privada por meio de parcerias público-privadas. Em Alagoas, as concessões à iniciativa privada já geraram protestos pela alta nas tarifas e pelo descumprimento de metas. No Amapá, após a crise do apagão, empresas privadas foram envolvidas em concessões com promessas de investimentos que ainda não se concretizaram.

72. Fracasso das Privatizações: Uma Constante. As privatizações e concessões realizadas em diversos estados brasileiros vêm revelando seu real impacto: aumento brutal nas tarifas, demissões em massa, precarização das relações de trabalho, metas de universalização descumpridas, queda na qualidade dos serviços e ausência de controle social sobre os contratos.

73. O Papel do BNDES: O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que historicamente cumpriu papel central na expansão do saneamento público, tem sido

instrumentalizado como operador técnico das privatizações. Em vez de financiar a reestruturação das estatais e seu fortalecimento, o banco foi reorientado para desenhar modelagens de concessão que viabilizem o lucro dos grupos privados. O caso da CEDAE é exemplar, mas não isolado. A mesma lógica se repete em São Paulo, Pará, Espírito Santo, Alagoas, Amapá, entre outros.

74. A CTB defende que o BNDES retome sua missão histórica e passe a investir diretamente nas companhias estaduais de saneamento, com foco na reestruturação de seus sistemas, no investimento em tecnologia, na expansão da cobertura e na valorização dos trabalhadores.

75. Quem São os Donos da Água no Brasil Hoje? A privatização do saneamento no Brasil abriu caminho para a consolidação de um oligopólio formado por grupos transnacionais, fundos de investimento estrangeiros e holdings financeiras. A Aegea Saneamento, Iguá Saneamento, Águas do Brasil, BRK Ambiental e GS Inima são as principais controladoras da água no Brasil hoje. Elas estão presentes em dezenas de cidades e estados, atuando com apoio decisivo do BNDES e respaldo de legislações que excluem as empresas públicas.

76. A luta da CTB: Soberania e Justiça Social. A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) entende que o debate sobre a água deve ser nacionalizado e feito com profundidade nos congressos estaduais e no congresso nacional da Central. A CTB está comprometida com a denúncia dos impactos sociais, econômicos e ambientais da privatização da água e do saneamento. É preciso retomar a soberania nacional, investir no fortalecimento das estatais, garantir o controle público e social sobre os serviços e barrar o avanço da privatização.

77. A água é um direito, não é mercadoria. Reestatizar é preciso. Democratizar o acesso é urgente. Defender a vida é essencial.

78. Tendo em vista o caráter essencial da água à vida humana, a importância do saneamento como um todo para a saúde pública e as políticas entreguistas e destrutivas em curso no país, a luta em defesa da manutenção do saneamento público, reestatização das companhias privatizadas, e os demais pontos elencados abaixo estarão entre os pontos centrais/estratégicos a nortear a luta da CTB nos estados e no país:

79. Concentrar recursos e políticas públicas nas empresas públicas de saneamento para alcançar a universalização do saneamento básico para toda a população brasileira, inclusive, invertendo a atual lógica do BNDES e tornando-o novamente um fomentador econômico de políticas sociais;

80. Garantir a não privatização das Empresas Públicas de Saneamento e fortalecê-las como principais operadoras do saneamento ambiental nos estados, garantindo seu protagonismo no modelo de regionalização;

81. Reestatização imediata das empresas estaduais privatizadas, com eventual abatimento nas dívidas dos estados com a União em medida equivalente aos valores dispendidos com a anulação das operações privatistas;

82. Constituir rubrica obrigatória com percentual mínimo nos orçamentos dos estados e da União para investimentos na área de saneamento através das empresas públicas;

83. Combater as formas de privatização disfarçadas, como subconcessões, PPP's, PPI's e afins;

84. Gestão democrática e com ampla participação e controle social nas empresas públicas de saneamento;

85. Lutar contra o Projeto de Lei 4888/24, do deputado Átila Lins (PP-AM), que adia o prazo para a universalização do saneamento básico no Brasil. A lei atual prevê que, até 2033, 99% da população seja atendida com abastecimento de água e 90% com coleta e tratamento de esgoto.

BALANÇO CTB SÃO PAULO GESTÃO 2021-2025

86. A Direção da CTB-SP eleita para o mandato 2021-2025 teve como premissa a defesa intransigente dos interesses da classe trabalhadora, tendo a unidade de ação como principal estratégia de luta. É inegável que a Reforma Trabalhista e o fim da contribuição sindical continuam trazendo prejuízos à atuação sindical em nível estadual e nacional. No entanto, dentro das limitações impostas a presente Direção se manteve na linha de frente da luta classista em todo o estado de São Paulo, ao lado das demais centrais sindicais e dos movimentos sociais comprometidos com as causas populares.

87. Em âmbito nacional a CTB-SP se aliou as lutas das centrais e os movimentos sociais em defesa da democracia, pela valorização das negociações coletivas e a restituição da Contribuição Negocial, contra os juros altos, pela revogação da reforma trabalhista e contra a guerra genocida de Israel contra a Palestina. Seguindo a orientação da FSM federação Sindical Mundial fomos solidários a várias lutas dos povos latino-americanos como apoio a greve geral na Argentina, manifestações em defesa da democracia na Bolívia, apoio ao povo Colombiano e Peruano, contra o embargo criminoso do imperialismo americano contra o povo Cubano e Venezuelano.

88. A luta contra a privatização dos serviços essenciais marcou a gestão em São Paulo. Foram atos, manifestações, passeatas, audiências públicas e greves históricas que mobilizaram trabalhadores do saneamento básico, do transporte da educação em uma demonstração de resistência contra o processo de entrega do patrimônio público liderado pelo governador Tarcísio de Freitas. Uma luta determinada a preservar a integridade das empresas públicas e a garantir o acesso da população aos serviços essenciais de água, saneamento e transporte e educação pública e de qualidade.

89. Estivemos ao lado dos trabalhadores dos Correios e do Saneamento Básico em defesa de seus empregos e direitos. Também nos mantivemos junto dos trabalhadores Metroviários de São Paulo, na luta contra o sucateamento do transporte público e contra os ataques do governador contra a categoria

90. No Brasil, participamos de vários atos em solidariedade aos povos em luta, tais como o Ato em apoio à luta do Povo Chileno, o Ato contra o golpe paramilitar na Bolívia e o Ato contra o embargo econômico em Cuba e na Venezuela, em frente à Embaixada dos Estados Unidos. Ato em apoio à luta do povo Palestino e em solidariedade ao povo Colombiano, que em 2021 organizou uma das maiores greves gerais de sua história, apesar da forte repressão do governo de Ivan Duque, que vinha perseguindo e assassinando lideranças sindicais e sociais deste país irmão.

91. Ao longo dos últimos quatro anos, a CTB-SP sempre esteve ao lado das demais centrais sindicais na organização dos atos do 1º de Maio na capital paulista, incentivando também a realização de manifestações no interior e no litoral do estado.

92. Junto as demais centrais sindicais e o Dieese colocamos nossa opinião no CETER Conselho Estadual de Trabalho Emprego e Renda ligado à Secretaria do Estado de Desenvolvimento econômico e participamos do debate e da luta pela valorização do salário mínimo regional.

93. A CTB São Paulo participou do Encontro Nacional de Educação, de Comunicação da CTB e do 4º Conselho Nacional da CTB, realizado nos dias 8 a 10 de novembro em Belém (PA) e foi signatária das resoluções com destaque para a luta pela valorização das negociações coletivas e o movimento sindical instituindo a contribuição negocial e do XXVI Encontro do Foro São Paulo em Brasília

94. Se filiaram a CTB São Paulo na atual gestão sindicatos dos Pescadores de Santos, Sindicato dos Condutores Motoboys de Bauru, Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing (Sintratel Campinas), Sindicato dos Motociclistas (SINDMOTO Campinas), Vestuários de Campinas, Sindicato dos Gráficos de Campinas, o Núcleo da CTB na Unicamp, e Sinpro Vales. Participamos da campanha de fortalecimento e filiação A luta é nossa identidade desenvolvida pela CTB Nacional que tem por objetivo atrair a filiação de novas entidades e fortalecer a relação com as que já estão filiadas, por meio da atualização cadastral e regularização do pagamento de mensalidades destas. A campanha previa a participação em sorteios de prêmios para os sindicatos adimplentes.

95. Atualmente a CTB São Paulo é composta por 98 sindicatos filiados na base, sendo 52 urbanos, 43 rurais e 03 federações. Temos também 13 núcleos da CTB organizados em diversas categorias. (Bancários, APEOESP, SINPEEM, CET, metroviários, vidreiros, condutores de SP, jornalistas, metalúrgicos de Campinas e de Santo André, arquitetos, advogados, psicólogos.

94. Com o fim da contribuição sindical, a CTB-SP e as demais seções estaduais da nossa central sindical sofreram grandes perdas em sua arrecadação. Nesse aspecto, reafirmamos a orientação da CTB nacional, no sentido de mantermos nossa representatividade junto à classe trabalhadora de todo o estado e o diálogo constante com os sindicatos filiados.

95. Faz-se necessário ampliar o número de entidades filiadas à CTB-SP. Algumas cidades onde não havia atuação da central foram consolidadas no último período, como resultado do trabalho de sindicalistas combativos que atuam nas administrações municipais. Com atenção especial para as categorias com grande capilaridade no estado de São Paulo, como o ramo dos servidores públicos, trabalhadores e trabalhadoras rurais e da agricultura familiar. E uma vez filiadas, lutar pela efetiva contribuição para a sustentabilidade da central, passo fundamental para a luta;

PLANO DE LUTAS

96. Para dar conta dos desafios expostos, será preciso construir um plano de luta permanente voltado à formação sindical e política da base, com atenção especial à juventude trabalhadora. Esse plano deve contemplar a criação de núcleos de base nos locais de trabalho e estudo; a realização de jornadas formativas que dialoguem com a realidade da juventude, abordando temas como a precarização do trabalho, direito à cidade, racismo estrutural, crise climática e reformas neoliberais; a articulação com movimentos sociais e estudantis, ampliando a inserção da CTB nas periferias, escolas técnicas, universidades e espaços culturais; a produção de materiais de formação e comunicação com linguagem acessível, jovem e digital; e a valorização de lideranças jovens nos espaços de direção e representação sindical. Essa iniciativa é estratégica para renovar nossas bases, ampliar a capacidade de mobilização da central e formar uma nova geração de dirigentes comprometida com a luta da classe trabalhadora.

97. Lutar pela pauta do governo Lula foi e seguirá sendo uma tarefa útil e necessária, expressa em conquistas importantes como a valorização do salário mínimo, a retomada da política permanente de valorização salarial e a reativação de programas sociais e políticas públicas voltadas à agricultura familiar, à saúde, à educação e à moradia, como o PAC e o Minha Casa Minha Vida. Apoiar o governo Lula não significa abrir mão da autonomia do movimento sindical e da central sindical. É fundamental apontar os limites da política econômica e do atual

arcabouço fiscal, que restringem a ampliação dos investimentos sociais e a valorização dos servidores públicos. Também é necessário denunciar o caráter conservador do Congresso Nacional, que impõe obstáculos à agenda de reconstrução do país e aprofunda o desmonte do Estado brasileiro por meio da privatização de empresas públicas, da autonomia do Banco Central e do sucateamento dos serviços públicos, incluindo universidades e institutos federais. Além disso, é urgente denunciar o avanço do poder das milícias, a precarização do trabalho através da uberização e o adoecimento de trabalhadoras e trabalhadores submetidos a metas abusivas e assédio. Por fim, é preciso combater o recrudescimento da violência policial como resposta governamental ao aumento da criminalidade, em vez de se promover políticas efetivas de inclusão social;

98. Promove ações de conscientização contra a taxa sideral de juros, os mais altos do planeta, que está emparedando o governo Lula, aumentando o custo de vida, aviltando o crédito e crediários, impedindo o crescimento e destruindo empregos, pela sua imediata redução, apoio e participação nos atos de denúncias e mobilizações que enfrentam o problema que impede os investimentos e ações governamentais em prol do povo;

99. Total apoio e engajamento ao plebiscito no âmbito estadual pela redução de jornada de trabalho sem redução de salário, fim da jornada 6x1 e isenção do IR para quem ganha até cinco salários mínimos com a taxa dos bilionários;

100. Lutar em defesa do financiamento sindical e recuperação dos direitos roubados na reforma trabalhista especialmente junto às prefeituras;

101. Defesa da escola pública municipal de São Paulo, propositalmente sucateada apesar de ter mais de 10 bilhões no caixa da Secretaria Municipal de Educação;

102. Fortalecer a luta em defesa dos serviços públicos, especialmente nos municípios. Contra o sucateamento do Regime de Previdência e da Assistência Social, com fortalecimento das carreiras no setor público;

103. Pugnar por candidaturas unitárias a deputado Estadual e Federal que apoiem fortemente a pauta do movimento dos trabalhadores e sindical;

104. Lutar em defesa do aumento significativo do salário mínimo estadual;

105. Construir a TV CTB na internet como forma de firmar a comunicação como base fundamental da organização sindical. Uma plataforma que ecoe a voz da classe trabalhadora, com conteúdos voltados a informar, mobilizar e fortalecer as lutas sociais, sindicais e populares do Brasil. Um canal de ressonância, formação e resistência, a serviço da consciência de classe e da construção de um movimento sindical forte, combativo e enraizado no povo;

106. Promover o debate de ideias junto aos sindicatos, por meio da criação de núcleos de comunicação que discutam as pautas relevantes para os trabalhadores e trabalhadoras, contribuindo para a linha política da CTB e fortalecendo a atuação dos sindicatos;

107. Intensificar a presença na luta internacionalista da classe trabalhadora no enfrentamento do imperialismo e da ditadura do capital financeiro.

108. Apoiar a PEC 37/2022, que inclui as Guardas Municipais e Agentes de Trânsito nos incisos do Art. 144 da Constituição Federal, é fundamental para o fortalecimento da segurança pública com compromisso democrático. Os sindicatos de servidores municipais representam, em sua maioria, trabalhadoras e trabalhadores das Guardas Municipais, que têm atuado com protagonismo na promoção dos direitos da população e na luta antifascista. O reconhecimento constitucional da categoria contribui para sua valorização, garante maior segurança jurídica no

exercício de suas funções e reforça o papel das Guardas como agentes públicos comprometidos com a cidadania e a defesa do Estado Democrático de Direito;

109. Apoiar e fortalecer o Plebiscito Popular como uma ferramenta estratégica para a mobilização massiva do povo brasileiro e a construção de pressão popular por mudanças urgentes e necessárias, como fim da escala 6x1, a redução da jornada de trabalho sem corte salarial e a taxação dos super-ricos, com a tributação sobre quem ganha mais de R\$ 50 mil, garantindo que quem recebe até R\$ 5 mil seja isento de Imposto de Renda (IR). Ouvindo a voz do povo em todos os cantos do país sobre as pautas cruciais que nos afetam, e assim influenciar decisivamente os rumos das políticas fiscais e de geração de empregos no Brasil, garantindo que sirvam aos interesses da classe trabalhadora e do desenvolvimento social, em uma grande frente de luta por um Brasil mais justo e com oportunidades para todos e todas!